O Mundo em Português Nº4
Janeiro 2000

Incertezas e oportunidades

Teresa de Sousa

Europa: a União Europeia vai abrir-se a novos membros e levar as suas fronteiras até aos limites do próprio continente. Parte do desafio é a construção de uma fronteira estável com a Rússia, a braços com um difícil, mas inevitável, processo de normalização. Num só ano, a defesa europeia avançou mais do que em 40. Portugal tem de adaptar-se a esta realidade.

Se a Europa não morreu em Helsínquia, ao contrário do que dizem os pessimistas, ela pode emergir dentro de uma década com contornos muito diferentes.

A União Europeia despediu-se do século XX em Helsínquia, lançando uma ambiciosa agenda para a próxima década. O compromisso político com um longo processo de alargamento que levará as fronteiras da União até aos limites do próprio continente, incluindo mais 12 países, parece agora irreversível. Ao mesmo tempo, o Conselho Europeu abriu caminho a uma nova dimensão militar da sua política externa que pode vir a alterar profundamente a natureza política da União e as suas relações com o mundo.

As duas decisões não foram surpreendentes. Surgiram, pelo contrário, como o resultado inexorável de decisões anteriores para as quais a União foi sendo empurrada pela dinâmica criada pelos acontecimentos da última década. O fim da divisão artificial do continente imposta pela Guerra Fria fez do alargamento aos países pós-comunistas da Europa Central e de Leste a grande prioridade política da União, apenas sublinhada pelas guerras sangrentas nos Balcãs. O Kosovo tornou dramaticamente evidente que uma política externa refém da total dependência militar dos Estados Unidos teria, no longo prazo, um preço demasiado alto.

Em Helsínquia, a União limitou-se pois a acertar a sua agenda pela realidade antes de virar o milénio. Mas, ao fazê-lo, fez também emergir um conjunto de questões latentes sobre a viabilidade do seu modelo de integração, que lançam ainda muitas dúvidas e algumas sombras sobre o futuro. Procurando enfatizar o que está em causa nos próximos anos, vozes mais radicais viram nas principais decisões de Helsínquia a morte anunciada da União Europeia. Para os profetas desta desgraça, a Europa do século XXI, ao lançar-se num gigantesco processo de alargamento sem uma profunda reforma das suas instituições e das suas regras, está já condenada ao "pesadelo" do grande mercado interno dirigido politicamente por um directório das grandes potências.

A maior garantia da improbabilidade deste cenário está certamente no grau de interdependência e de integração que existe entre os países da União e na percepção das vantagens mútuas que continuam a retirar do projecto. Mas seria imprudente pô-lo de lado sem mais reflexão. A incerteza que domina a evolução de alguns dos factores determinantes da integração europeia, a dimensão e a dificuldade dos desafios que enfrenta projectam sobre o futuro da Europa a sombra de algumas interrogações.

As alternativas

O fim da Guerra Fria e a emergência de uma Alemanha unificada alteraram substancialmente os fundamentos em que assentou a integração europeia desde o seu início. O euro foi a primeira resposta a esta mudança, como forma de perpetuar a solidez da aliança franco-alemã. Mas não resolveu ainda os problemas de adaptação dos dois países às novas circunstâncias europeias e internacionais através de um novo equilíbrio, que só faz sentido com a renovação do projecto europeu a partir de um novo compromisso político.

Da Alemanha, elevada pela sua nova liderança à categoria de "país normal" e de "grande potência europeia", chegam sinais contraditórios sobre o papel que quer ter na nova fase do processo de integração. A França adapta-se a custo à necessidade de ter de partilhar a liderança política da Europa com um país mais poderoso e cada vez mais liberto dos limites do seu "complexo de culpa". A entrada em cena do Reino Unido, com uma nova ambição europeia, e a emergência, a partir do Kosovo, de uma nova dimensão militar da Europa que é fruto da vontade dos grandes países terão repercussões profundas na natureza do processo de integração e, sobretudo, no modelo de relações estabelecidas com os Estados Unidos no quadro da Aliança Atlântica.

A moeda única europeia, em cuja realização a UE esgotou boa parte das suas energias nos últimos anos, ainda não passou a prova de fogo de uma recessão económica que introduzirá inexoravelmente fortes tensões no sistema e tornará urgente a criação de novos instrumentos económicos e financeiros para gerir uma economia que é cada vez mais uma só.

A Comissão Europeia tem vindo a perder gradualmente a sua influência a favor do Conselho desde a saída de Jacques Delors, em 1994, antecipando um declínio que terá consequências sérias se não der lugar a um novo sistema institucional globalmente mais federal e mais democrático. As últimas eleições do Parlamento Europeu foram, aliás, o mais sério aviso de que a Europa sofre de um défice de legitimação e de compreensão pelos cidadãos europeus que é, talvez, a sua mais grave fragilidade e o maior obstáculo à realização das suas novas ambições.

O lançamento de um processo de alargamento que levará à duplicação do número de membros e tornará mais complexa a definição do interesse comum introduzirá novos focos de tensão nas instituições europeias. A abertura à Turquia desencadeou imediatamente um coro de interrogações (e de protestos) sobre os limites da Europa e sobre a natureza da identidade europeia, que vão pôr à prova a coesão interna das suas sociedades e a universalidade dos seus valores.

Se a Europa não morreu em Helsínquia, ao contrário do que dizem os pessimistas, ela pode emergir dentro de uma década com contornos muito diferentes. Pode transformar-
-se num apêndice ou num prolongamento da superpotência americana, dependente dos Estados Unidos para garantir a sua segurança num sistema internacional desequilibrado, instável e violento. Pode transformar-se numa zona de comércio livre, onde impere a lei do mais forte, gerando factores de desagregação económica e social incontroláveis. Mas pode ser também um dos pilares da estabilidade mundial, economicamente forte e politicamente coesa, aberta ao mundo e fonte de paz e de segurança nas suas fronteiras.

Nada faz supor que este último cenário não esteja ao alcance dos Europeus. A experiência dos últimos 40 anos, que fez da Comunidade uma "obra-prima política" e um exemplo para o mundo é, porventura, o seu principal factor de credibilidade. A solidez dos valores europeus e a tradição de uma cultura aberta, tolerante e

universalista são o maior antídoto para qualquer tentação nacionalista. Falta a certeza de que haverá estadistas com a clarividência e a coragem necessárias para estar à altura das imensas oportunidades que se abrem à Europa com a abertura do século.